

SIGNATES, LUIZ

A indecisão consciente: análise qualitativa da indecisão eleitoral no pleito estadual de
2014

Matrizes, vol. 11, núm. 2, mayo-agosto, 2017, pp. 183-206
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143052466010>

A indecisão consciente: análise qualitativa da indecisão eleitoral no pleito estadual de 2014¹

The conscious indecision: Qualitative analysis of electoral indecision at the state election in 2014

■ LUIZ SIGNATES^a

Universidade Federal de Goiás. Goiânia – GO, Brasil

RESUMO

Trata-se deste trabalho de um estudo sobre as características específicas do eleitor indeciso em relação ao cargo de governador do estado de Goiás no pleito de 2014. A opinião deste tipo de eleitor compõe uma importante referência para a compreensão dos processos de formação da opinião pública eleitoral, principalmente por seu grande crescimento nos últimos anos. Este trabalho surgiu a partir dos dados colhidos diretamente de eleitores indecisos, no contexto de pesquisa qualitativa de recepção de televisão por mediação familiar, feita com o horário gratuito de propaganda eleitoral das campanhas para governador em 2014. A partir dos dados obtidos foi possível perceber que o processo que envolve a indecisão do voto é mais complexo e completo do que tem sido suposto, possibilitando a noção do “indeciso crítico” e de modalidades específicas que buscam descrever as características do processo de indecisão eleitoral.

Palavras-chave: Voto indeciso, HGPE, eleições, Goiás, Brasil 2014

ABSTRACT

This is a study on specific characteristics of the undecided voter in relation to the Goiás governor poll, in 2014 elections. The opinion of these electors makes up an important reference to understand the formation process of electoral public opinion, mainly for its remarkable growth in recent years. This paper is based on data collected directly from undecided voters, in the context of a qualitative survey of television reception, developed through family mediation of public electoral propaganda of governor elections in 2014. From the data obtained, it was possible to understand that the process involving vote indecision is more complex and complete than it has been supposed, allowing the notion of “critical undecided voters” and specific arrangements that seek to describe the characteristics of the electoral indecision process.

Keywords: Undecided vote, public electoral propaganda, elections, 2014, Brazil Goiás

¹ Uma versão preliminar da investigação que originou este artigo foi apresentada na Compolítica, em 2015. Em várias fases desta pesquisa, registramos a participação decisiva dos orientandos Jéssica Cardoso, graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (UFG), e João Damásio, mestre em Comunicação pela UFG.

^a Doutor em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo (ECA/USP). Docente do programa de pós-graduação de Comunicação da Universidade Federal de Goiás e do programa de pós-graduação de Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9348-9295>. E-mail: signates@gmail.com

ESTE ARTIGO É um estudo sobre as características específicas do eleitor indeciso e das consequências teóricas que as alterações nos perfis de indecisão podem ter nas chamadas teorias da decisão eleitoral, tomando como base pesquisa qualitativa procedida no pleito eleitoral de 2014 no estado de Goiás.

Trata-se ainda de um trabalho posicionado no campo dos estudos de comunicação em sua interface com a política. Nesse sentido, a questão da indecisão é aqui investigada especificamente como situação simbólica específica, como um fenômeno de opinião eleitoral, em face de imagens construídas pelo Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE).

A temática da indecisão eleitoral é pouco estudada no campo da comunicação política e, em seu vínculo com os processos comunicacionais, é intuitivo que apareça como um sintoma de desinformação, despolitização ou ausência de comunicabilidade política. Este trabalho levanta dados empíricos de ordem qualitativa, que permitem questionar essas suposições, na medida em que encaminha o que pode ser interpretado como reconhecimento da complexidade desse tipo de eleitor, o indeciso.

Para dar conta dessa questão, faz-se um rápido esforço teórico a respeito dos estudos sobre indecisão no Brasil e em parte da literatura internacional, para, em seguida, expor-se a metodologia e os resultados da pesquisa empírica qualitativa feita no contexto das eleições estaduais em 2014 no estado de Goiás e, assim, possibilitar algumas conclusões teóricas resultantes.

O PROCESSO DE INDECISÃO NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS

A indecisão é um fenômeno psicológico de grande complexidade, vários estudiosos do campo da psicologia comportamental a tem estudado como um episódio no qual podem interferir até mesmo compostos culturais (Swami et al., 2008; Ng; Hynie, 2015).

A indecisão do voto² parece ser fenômeno crescente nas democracias contemporâneas e, por conseguinte, o momento da decisão de voto tem ganhado importância cada vez maior para a compreensão do comportamento eleitoral, razão pela qual tem sido cada vez maior a atenção dos estudiosos dos processos eleitorais para as motivações do eleitor indeciso.

O fenômeno da indecisão eleitoral tem assumido uma relevância crescente nas democracias contemporâneas. A maior distância entre eleitores e partidos, a diminuição das clivagens tradicionais sobre o comportamento do eleitor, e paralelamente, o aumento da importância dos fatores de curto prazo, são elementos que tornaram cada vez mais central esse segmento de eleitores. (Lisi, 2010: 29-30)

Parece se generalizar no mundo atual, atingindo não somente países desenvolvidos, mas também aqueles onde o processo democrático convive com a instabilidade. Para Lisi, portanto,

Esta tendência não afeta apenas as democracias consolidadas, mas também os regimes mais recentes, caracterizados por uma elevada volatilidade e pela alternância no governo dos principais partidos moderados. (Lisi, 2010: 55)

Os autores em geral relacionam diretamente o fenômeno da indecisão com os processos de decisão do voto, conferindo-lhe um sentido de que indecisão é simplesmente o aspecto negativo da decisão. Nesse sentido, as categorias que acabam sendo adotadas nas análises são os diferentes *ethos* de avaliação e imagem que interferem nas preferências eleitorais. Uma interessante exceção é Noble (2017), que critica diretamente essa visada, argumentando que a desvalorização da abstenção e do voto nulo nas eleições, ao considerar como “participação” apenas o comportamento de quem tem preferência por uma das alternativas do cardápio eleitoral oferecido, acaba impedindo estudos que observem os limites do sistema democrático.

Na linha de Noble (2017), é forçoso admitir que esta estratégia termina por perder a indecisão como objeto ou, no mínimo, perceba-a como objeto oblíquo, que não é descrito em seus próprios termos, e sim a partir daquilo que não é. Assim, os elementos de retrospecção e prospecção de avaliação de partidos e candidatos, as dimensões de imagem – integridade, confiabilidade e competência – que os eleitores utilizam para avaliar os candidatos e os diferentes *ethos* do discurso político (Charaudeau, 2006) podem definir os modos de decisão do voto pelos eleitores tradicionais, não se mostram imediatamente evidentes ou esclarecedores para a compreensão dos processos de indecisão, enquanto permanecem como tal.

Lisi sugere direcionamento nesse sentido quando declara que o eleitor indeciso não se comporta do mesmo modo que o tradicional. Ou, textualmente, “os paradigmas tradicionais elaborados para explicar o comportamento dos eleitores não se aplicam da mesma forma ao eleitorado indeciso” (Lisi, 2010: 55).

Em geral, o eleitor indeciso é descrito de forma negativa, como um cidadão pobre, de baixa escolaridade, pouca informação, reduzido engajamento político e pequena disposição para a participação política.

A variação do interesse acompanha os níveis de conceptualização política. [...] A mesma relação ocorre com o grau de preferência partidária. Quanto mais baixo o nível de conceptualização, menor o grau de preferência por um partido político e maior o nível de indecisão. (Radmann, 2001: 67)

Ou então:

A massa popular, a grande maioria do eleitorado, é desinformada a respeito das propostas dos partidos e dos candidatos, não tem opinião a dar sobre questões importantes no debate político, tende a atribuir a seus candidatos qualidades que mais lhe agradam e as opiniões que eventualmente tem quanto a issues diversos e possui baixo grau de consistência ideológica. (Castro, 1994: 180)

Essa apreensão deriva da herança grega de nossa democracia, para a qual aquele que se abstém no processo político era o “idiota” – alguém desinteressado dos assuntos públicos, ensimesmado em seus próprios assuntos e despreocupado do bem comum (Noble, 2017).

A literatura mais recente, contudo, começa a contestar algumas dessas aparentes obviedades. Lourenço (2007), em extensa tese doutoral sobre a questão da indecisão eleitoral, efetua diversas considerações pormenorizadas a respeito do perfil e do comportamento desse tipo de eleitor. Nesse sentido, encontra um eleitorado que valoriza a política, mas não se envolve com ela; que reconhece a falta de interesse e participação da população nos negócios públicos, mas não tem ideia de como fazer valer suas insatisfações e reivindicações; e que, enfim, não tem informações de alto nível, mas considera, dentro dos processos eleitorais, que há tempo para decidir e, às vésperas do pleito, efetivamente decide, a partir de uma plethora de fontes que vão do HGPE à atuação das mídias e campanhas.

O que define, afinal, o eleitor indeciso? A perspectiva das campanhas políticas costuma ser única: a da oportunidade. Ou, segundo Palmeira (1992: n.p.), “o eleitor indeciso é o eleitor potencial ‘em disponibilidade’”. Para Lisi, a principal característica do eleitor indeciso é a imprevisibilidade. Contudo, conforme o autor, ainda não há uma descrição consensual do seu perfil.

Os indivíduos que tomam suas decisões durante a campanha apresentam uma lógica diferente [da tradicional], caracterizada essencialmente por uma maior aleatoriedade e imprevisibilidade. A falta de ancoragem partidária e uma certa indefinição ideológica são os principais traços em comum, mas, além destas características, não há um paradigma que possa descrever de forma unívoca o perfil deste tipo de eleitores para os diversos países e eleições. (Lisi, 2010: 55)

Nesse sentido, a noção de “undecidability” (Allen; Brown, 2016) é visitada por vários autores internacionais, sempre na perspectiva de alguma teoria da decisão eleitoral, seja vista como produto de questões culturais (Ng; Hynie, 2015); seja

como um conflito multidimensional derivado da baixa estima (Bacanly, 2006); como mera falta de interesse pela política (Forrest; Marks, 1999) ou descontentamento eleitoral (Kang, 2004); como produto da falta de convicções anteriores (Galdi et al., 2012); ou como derivativo de incertezas geradas por ambiguidades ideológicas em contexto eleitoral (Karp; Garland, 2007; Li; Massuda; Jiang, 2016). Para Cautrèes e Jadot (2007), os estudos acadêmicos sobre indecisão em geral enfocam três aspectos: perfis demográficos e socioeconômicos, quando correlacionam desigualdade e decisão eleitoral; níveis de politização e tomadas de posição de longo prazo, num espaço com importante formação ideológica e partidária; o ambiente informacional das campanhas (Maakaroun, 2010); e as atitudes políticas de curto prazo, que vinculam comportamentos de indecisão aos quadros conjunturais de evolução das ofertas eleitorais. De toda sorte, a indecisão é sempre definida como algum tipo de hesitação (Cautrèes; Jadot, 2007; Muxel, 2006).

Aparentemente, o pouco envolvimento no campo político e a urgência causada pela proximidade do pleito, cuja decisão é adiada às vezes ao máximo, torna o eleitor indeciso mais propício a acreditar nos discursos de convencimento veiculados nos grandes meios de comunicação pelos candidatos. Porém, isso não significa que este eleitorado não tenha instrução ou não possua certa “sophisticação” de pensamento, e nem mesmo que as mídias “comandam” o pensamento e a decisão de voto, mas sim que o eleitor indeciso é mais livre e menos previsível.

Tradicionalmente, os estudos sobre este segmento do eleitorado nas democracias avançadas têm sublinhado o seu caráter relativamente pouco sofisticado. Segundo esta interpretação, estes eleitores procuram atalhos informativos que possam orientar as suas opções, sobretudo durante as campanhas eleitorais. Neste sentido, como seria de esperar, os factores que mais afectam este segmento do eleitorado dependem da conjuntura e do contexto, isto é, a exposição aos meios de comunicação e as informações que recebem sobre os temas das campanhas e sobre os principais líderes. (Lisi, 2010: 31)

Há autores que também tendem a considerar que, quanto mais polarizada uma eleição, menor a probabilidade de haver indecisão. É como se a dicotomização dos quadros polarizados fosse um forte indutor da tomada de decisão. É o que diz, por exemplo, Radmann, segundo a qual

a polarização política em índices eleitorais entre candidatos incide no decréscimo de eleitores indecisos. Percebeu-se que, com a proximidade do pleito e o acirramento

político entre candidatos, uma parte dos eleitores de baixa sofisticação política tendem a posicionar-se na direção de um candidato e a reproduzir os elementos do discurso deste candidato. Os eleitores introjetam as informações presentes no discurso, na imagem e na campanha como um todo. E utilizam-se destes elementos para justificar a sua posição e contrariar o voto de eleitores às candidaturas opostas. (Radmann, 2001: 212)

No Brasil de 2014, entretanto, essa máxima parece não ter funcionado. Os níveis de indecisão, mesmo que manifestos no próprio pleito pelos votos anulados e brancos, revelaram-se importantes.

Trata-se, portanto, de buscar conhecer melhor o ânimo e a produção de sentido desse tipo de eleitor. Este foi o mote da análise feita para este trabalho. Nele, procurou-se entender as perspectivas e os discursos construídos por um tipo de eleitorado que não é capaz de revelar suas preferências pelos candidatos, mas estabelece um discurso sobre a política, cujo conteúdo pode ser revelador do próprio processo de indecisão eleitoral.

AS CARACTERÍSTICAS DO PLEITO EM GOIÁS

Antes de começar a falar especificamente a respeito da pesquisa que deu origem a este trabalho, é importante caracterizar, de forma clara, o contexto em que se deu a investigação, o pleito eleitoral estadual em Goiás no ano de 2014.

O estado de Goiás é herdeiro ainda recente do coronelismo, período em que o exercício do poder foi marcado pelo domínio de famílias latifundiárias ricas e tradicionais, estabelecidas numa economia fundada basicamente na agricultura e na pecuária, o que prevaleceu desde o período colonial até meados do século XX. Um poder demarcado pelo clientelismo e pela violência.

Pensar a violência, como pano de fundo para a manutenção do atraso, é fulcral para entender o tipo de dominação preponderante em Goiás. Percebe-se que o coronel é a figura emblemática que detém o poder de mando, seja pelo arranjo político, seja na maioria das vezes através da violência ou do carisma exercido entre sua clientela. [...] penso, ainda, que haja outros fatores que corroboram com essa manutenção do poder como o assistencialismo-paternalista e clientelista adotados pelos chefes locais patrocinados pela máquina administrativa, ou seja, o dinheiro público. No caso de Goiás, soma-se a esses fatores a manutenção do atraso como forma de manter-se no poder. Logo, percebe-se ainda que ao falar do coronel, suas ações diferiram-se em todo o território nacional. (Rodrigues, 2015: 4-5)

O coronelismo perdurou em Goiás de 1889 a 1930, ano em que Getúlio Vargas ascendeu à presidência do país após a chamada Revolução de 1930. Getúlio nomeou Pedro Ludovico Teixeira como interventor federal no estado de Goiás, pondo fim à soberania dos coronéis, mas preservando grande parte dos modos de se fazer política, embora se deva considerar que sua nomeação contribuiu para alguns surtos modernizantes.

Entre as principais obras de Pedro Ludovico, destacou-se a construção de Goiânia e a mudança da capital do estado da Cidade de Goiás, antiga Vila Boa, para a recém-construída cidade. A realocação da capital fez parte da chamada “marcha para o oeste”.

O último governador de Goiás eleito antes da ditadura militar foi Mauro Borges, filho de Ludovico, que governou de 1960 a 1964, quando foi deposto pelos militares. A partir de então o estado foi comandado por onze governadores, todos nomeados pelo Governo Federal.

Após a ditadura, em 1983, o primeiro governador eleito foi Iris Rezende, liderança política que emergira ainda na década de 1960, durante o governo Borges. Eleito na época vereador, foi o mais votado da capital, e, logo em seguida, elegera-se prefeito de Goiânia, também com votação histórica. Cassado pelo regime, tornou-se uma espécie de figura mítica, ligada ao Movimento Democrático Brasileiro, partido da oposição ao regime.

Eleito em 1983, Iris manifestou desde o início sua conhecida verve populista e, governador eleito duas vezes, de 1983 a 1986, e de 1991 a 1994, tornou-se a principal liderança política do estado até 1998. Nos anos em que não ocupou o governo estadual, Iris foi por duas vezes ministro. Na primeira, de 1986 a 1990, ocupou a pasta da agricultura do governo Sarney, e depois, de 1997 a 1998, durante a primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso, fora Ministro da Justiça.

Em 1998, Iris deixa o Ministério da Justiça para candidatar-se a governador em Goiás, iniciando a disputa na condição de franco favorito. Contra ele, as oposições ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) se unificaram em torno do nome de um jovem deputado federal, Marconi Perillo. Em uma virada histórica e surpreendente, Perillo, que não era nem mesmo o segundo colocado em intenções de voto, após uma campanha política veiculada na televisão que caiu no gosto do povo, ganhou a eleição no segundo turno. Foi eleito, aos 35 anos, o governador mais jovem da história do Brasil e, desde então, nas quatro eleições seguintes, venceu todas contra o PMDB de Iris (duas vezes, em 1998 e 2014) ou de Maguito Vilela (duas vezes, em 2002 e 2006, esta última contra o candidato de Marconi, Alcides Rodrigues).

A vitória de Marconi Perillo marcou o fim da era ‘peemedebista’ no estado e iniciou um novo momento, o do Partido Social da Democracia Brasileira

(PSDB). Em 2014, obteve uma vitória histórica, sendo o único político que se elegeu governador de Goiás quatro vezes.

Uma das principais características desse período na história política goiana foi, sem dúvida, o quadro de intensa polarização entre os dois nomes – Marconi Perillo e Iris Rezende, com interregnos para Maguito Vilela (que fora vice de Iris nos seus governos) – que sempre disputaram os segundos turnos de todos os pleitos. A polarização também se mostrou nos resultados eleitorais todas as vezes em que a eleição foi a segundo turno (apenas em 2002, contra Maguito, Marconi venceu a reeleição no primeiro turno com 51,2% dos votos válidos).

Outra característica, que chamou a atenção durante a pesquisa qualitativa da qual foram retirados os dados para este trabalho, foi a persistência do processo de indecisão, mesmo diante da carga informativa gerada pelos programas de televisão do HGPE. Sobre este tema, falaremos mais tarde.

A eleição para governador de 2014 em Goiás foi disputada por sete candidatos no primeiro turno, em ordem alfabética: Alexandre Magalhães (PSDC), Antônio Gomide (PT), Iris Rezende (PMDB), Marconi Perillo (PSDB), Marta Jane (PCB), Vanderlan Cardoso (PSB) e Professor Weslei (PSOL).

- a. Alexandre Magalhães: concorreu pelo Partido Social Democrata Cristão (PSDC), tem 48 anos de idade, é casado e formado em Direito. Foi a primeira vez que concorreu ao cargo de governador do estado de Goiás (TSE, 2014) e foi o menos votado do pleito, recebendo apenas 5.105 votos (0,16% do total de votos válidos).
- b. Antônio Gomide: concorreu ao governo pelo Partido dos Trabalhadores (PT), tem 54 anos de idade, é casado e formado em Odontologia. Foi prefeito da cidade de Anápolis, renunciou no segundo mandato para disputar o governo estadual. Foi a primeira vez que ele concorreu ao cargo de governador do estado de Goiás (TSE, 2014) e foi o quarto mais votado, com 319.233 votos (10,09% dos votos válidos).
- c. Iris Rezende: concorreu ao governo pelo PMDB, tem 81 anos de idade, é casado e formado em Direito. Já foi governador do estado duas vezes e foi a sétima vez em que concorreu ao cargo (TSE, 2014). Polarizou com Marconi Perillo a campanha inteira e disputou com ele o segundo turno das eleições. No primeiro turno, obteve 898.645 votos (28,4% dos válidos) e, no segundo turno, 1.297.592 (42,56% dos votos válidos).

- d. Marconi Perillo: concorreu ao cargo pelo PSDB, tem 51 anos de idade, é casado e formado em Direito. Já foi governador do estado de Goiás três vezes, foi a quarta que disputou o cargo (TSE, 2014). Ganhou a eleição tanto no primeiro turno, com 1.451.330 votos (45,86% dos votos válidos), quanto no segundo, com 1.750.977 (57,44% dos votos válidos).
- e. Marta Jane: concorreu ao cargo pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), tem 43 anos de idade, é solteira e professora de ensino superior. Foi a segunda vez que disputou o cargo de governadora do estado de Goiás (TSE, 2014), ficou em penúltimo lugar no pleito, tendo obtido 5.786 votos (0,18% dos votos válidos).
- f. Vanderlan Cardoso: disputou o cargo pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), tem 52 anos de idade, é casado e empresário. Foi prefeito da cidade de Senador Canedo, foi a segunda vez que disputou o cargo de governador do estado de Goiás (TSE, 2014). Terminou em terceira colocação, com 474.090 votos (14,98% dos votos válidos).
- g. Professor Weslei: disputou o cargo pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), tem 31 anos de idade, é casado e professor do ensino fundamental. Foi a primeira vez que disputou o cargo de governador do estado de Goiás (TSE, 2014), ficou em antepenúltimo lugar, por ter obtido 10.522 votos (0,33% dos válidos).

Como se pode observar, o cenário político goiano é polarizado e disputado por nomes fortes e já ancorados em certa tradição. Marconi Perillo e Iris Rezende constituem as duas principais lideranças do estado desde o período de democratização do país e polarizaram todas as disputas, desde 1998.

Apesar disso, foi notável o quadro de indecisão dentro do pleito. Do ponto de vista quantitativo, a identificação foi feita por dois dos principais institutos de pesquisa de Goiás, o Serpes e o Grupom. Pelos números do Grupom, a uma semana da eleição, 42% do eleitorado ainda permanecia na indecisão. Os números do Serpes são mais alarmantes ainda: a pesquisa realizada de 22 a 26 de setembro de 2014 revelava 62,5% dos eleitores ainda indefinidos em relação ao voto.

Ao final do pleito de 2014, no estado de Goiás, os índices sugeridos pelas pesquisas decresceram, com a verificação de que, ao menos em parte, a indecisão eleitoral se tornou opção por uma das candidaturas apresentadas, configurando decisão *strictu senso*, isto é, aquela que, de fato, revela-se

provisória, sensível aos processos de convencimento eleitoral e, assim, pode como tal ser tratada dentro do espectro da decisão eleitoral. Verificados os resultados das urnas, foram registrados 18,83% de abstenção, 3,80% de votos brancos e 11,65% de votos nulos, totalizando 34,28% a quantidade de eleitores que, por alguma razão, não participaram da decisão eleitoral. Isso significa que pelo menos um em cada três eleitores não decidiu (seja porque não pôde, não quis ou não soube) seu voto.

A realidade eleitoral goiana não é isolada, nem específica. A literatura política internacional testemunha que, especialmente dos anos 1970 para cá, os índices de abstenção eleitoral têm aumentado consideravelmente (Braconnier; Dormagen, 2007). Tais dados indicam a importância específica de se conhecer a dinâmica da opinião do eleitor indeciso e, para isso, foram usados os dados qualitativos levantados na pesquisa de acompanhamento do HGPE feita pelo Instituto Signates, de Goiânia, para uma das campanhas eleitorais em disputa³.

³ O Instituto Signates trabalhou sob contrato de sigilo, razão pela qual não se poderá revelar, neste trabalho, nem o contratante, nem os resultados específicos de imagem dos candidatos. O acesso aos dados é, pois, restrito à situação da indecisão eleitoral e à finalidade exclusivamente acadêmico-científica do trabalho.

METODOLOGIA

Os dados utilizados para este trabalho foram retirados do banco formado pela pesquisa qualitativa de acompanhamento do HGPE para governador, no estado de Goiás, desenvolvido pelo Instituto Signates, de consultoria e pesquisa, sediado em Goiânia.

A técnica de pesquisa foi desenvolvida pelo diretor técnico e científico deste Instituto, professor Luiz Signates, a partir de uma adaptação feita da técnica denominada “mediação familiar”, aplicada pelas professoras Maria Immacolatta Vassalo de Lopes (Universidade de São Paulo – USP), Sílvia Borelli (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e Vera Resende (USP) e publicada no livro “vivendo a telenovela” (Lopes; Borelli; Resende, 2002). A adequação metodológica foi descrita em um evento nacional promovido na USP e depois publicado em livro pelos promotores (Freitas, 2014).

Adaptado, o método consiste na aplicação de três técnicas combinadas de pesquisa, no interior de residências de famílias recrutadas conforme critérios estatisticamente definidos: etnografia de família, observação não participante de programa de televisão e grupo de discussão familiar.

Ao todo, foram acompanhados dezoito programas eleitorais (todos exibidos, exceto o último), à razão de nove a dez famílias cada, em pelo menos três municípios, cada um nas três regiões de Goiás com maior densidade eleitoral: a região metropolitana de Goiânia (na maioria dos casos, dois municípios, sendo um, obrigatoriamente, a capital do estado, Goiânia); entorno do Distrito Federal e sul-sudeste goiano.

Assim, foram visitadas residências de 177 grupos familiares ao longo de toda a pesquisa, decorrendo em mais de setecentas páginas de relatórios, que acompanharam com alto detalhamento o comportamento e a opinião eleitorais dos goianos nos programas televisionados das campanhas para governador no pleito de 2014.

Para este artigo, foram utilizados dados colhidos em 36 destas famílias em diferentes regiões de treze cidades goianas (Águas Lindas de Goiás, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Caldas Novas, Catalão, Formosa, Goiânia, Jataí, Luziânia, Morrinhos, Novo Gama, Rio Verde e Trindade), recortados segundo a temática da indecisão eleitoral, isto é, da amostra total de 177 famílias, foram reconhecidas 36, nas quais houve participantes que se declararam explicitamente indecisos ou manifestaram esse comportamento eleitoral. Para identificação dos participantes da pesquisa, mencionamos o grau de parentesco na organização familiar, numeramos a família a que pertence, o município onde reside e a data do trabalho de campo.

RESULTADOS: A EMERGÊNCIA DO INDECISO CRÍTICO

Diferentes resultados qualitativos foram registrados, na busca pela descrição do processo de indecisão eleitoral, na pesquisa feita. Neste trabalho, chamaremos atenção para quatro tipos mais expressivos de comportamento/opinião eleitoral indecisa, expostos pela ordem de intensidade.

A persistência do posicionamento indeciso

O eleitor indeciso, surpreendido em diferentes momentos da pesquisa, resistia a sair da indecisão, mesmo diante das informações que lhes são prestadas pelo programa eleitoral.

Essa resistência se manifestou de diferentes formas, sendo a mais aparente o que poderia ser consignado como ausência de pressa para decidir. Este tipo de eleitor coaduna com a descrição de certos autores, quando se referem aos cidadãos que “adiam as suas opções de voto” (Lisi, 2010: 55). A frase típica colhida foi: “Tem muito tempo até o dia da eleição”, em outros casos, por exemplo, uma mulher afirmou que não definia seu voto antes dos dias finais da campanha, optando sempre pelo candidato melhor posicionado nas pesquisas. “Eu sempre voto pela maioria. Se tem um com maior Ibope, eu voto nesse” (esposa, família 13, Jataí, 5 set. 2014).

Ocorre, contudo, também, o indeciso que resiste por rejeição geral à política ou a todos os candidatos dispostos no cardápio eleitoral. Nestes casos, surpreendeu-se uma percepção negativa generalizada e de elevado descrédito

na política ou nos políticos, que conduz à negação do posicionamento, seja por não crer que as coisas possam mudar, seja por duvidar da efetividade dos compromissos de campanha exibidos nos programas eleitorais.

A ausência de credibilidade apareceu na desconfiança contínua, persistente, em relação às argumentações sacadas pela campanha. Tudo parece mentiroso, montado, enganador. Em geral, conforme conclui Lourenço (2007), os aspectos ideológicos ou programáticos, constitutivos dos vínculos partidários, não aparecem no discurso do eleitor indeciso. A indecisão é pautada, sobretudo, na percepção pragmática da ineficácia dos políticos ou na corrupção vista como mal insuperável ou condição do próprio fazer político.

Durante a transmissão de um dos programas eleitorais de Marconi Perillo, em uma situação de diálogo entre uma indecisa e uma “irista”, surgiram desmentidos sobre informações passadas pelo programa em questão: “Esse negócio das escolas que ele mostrou aí, os menino tudo bonitinho, limpinho, isso é mentira, porque na minha escola, por exemplo, falta cadeira, não é assim não. Falta merenda, falta muita coisa. É só conto de fadas” (filha, família 5, Goiânia, 3 set. 2014). “Isso é verdade mesmo, porque já vi isso em outros municípios; e mais uma vez precisa mostrar na TV o que eles não cumprem” (nora, família 5, Goiânia, 3 set. 2014).

O sentimento generalizado de descrença na política e nos políticos manifestou-se com certa regularidade e frequência de modo a opor as promessas realizadas em campanha eleitoral à realidade vivida pelo cidadão:

Rapaz, é o seguinte: essa época de política, todo político faz, todo político é bom. Todo político cumpre, mas é só na conversa. Quando chega a hora do vamo ver, cadê eles. Entendeu? Eu perguntei pro cara ali quando ele perguntou em quem eu votaria, rapaz, pra quê que serve política mesmo, meu irmão? Tem muita coisa que poderia fazer e eles querem saber somente do deles e o resto que se dane. (esposo, família 11, Luziânia, 3 set. 2014)

Além da descrença no cumprimento de promessas pela classe política, verificou-se que o sentimento de descrença por parte do eleitorado se aplica também no que se refere ao aparecimento dos políticos ante a opinião pública apenas em período eleitoral, sem que haja vínculo com a atuação e a presença deles no cotidiano.

Para além do generalizado descrédito do político, que vincula a indecisão à conhecida indiferença com a política, esse comportamento se traduziu na pesquisa pela tendência a se desacreditar nos candidatos que têm exercido poder a muito tempo, mesmo num quadro de reconhecimento por realizações que tenham feito no exercício de seus cargos.

Os eleitores indecisos questionam a atuação dos políticos com base em seu tempo exercido em cargos públicos, como se observa no diálogo a seguir: “Fica prometendo. Ele agora vai vender até a mãe dele” (pai, família 7, Rio Verde, 3 set. 2014). “Se ele tá lá esse tanto de tempo e não fez nada, imagina agora? Olha a área da saúde, olha a situação dos professores. Tentam aumento e não conseguem. Ele não fez nada para Goiás” (mãe, família 7, Rio Verde, 3 set. 2014).

Em plano menor e menos intenso, a pesquisa surpreendeu também casos típicos de eleitores que se mantiveram indecisos, mesmo diante de informações que julgaram convincentes, provenientes das campanhas eleitorais na televisão. Elogios e reconhecimento de realizações ou de bons compromissos, feitos pelos candidatos, não retiraram, ao menos durante o contexto da pesquisa, tais eleitores da dúvida sobre qual político mereceria seu voto. “Da candidatura do Marconi tô indeciso. Tem um hospital aí que os outros não terminaram e ele pegou e fez. Mas o estádio é uma obra de péssima qualidade, mal executada, contratou uma empresa desqualificada para economizar e pegar o dinheiro” (vizinho, família 36, Goiânia, 29 set. 2014).

Além do caso típico mostrado acima, registraram-se momentos de diálogo em que as informações não bastavam para uma decisão. A indecisão era baseada justamente na opção persistente de valorizar o dever do eleitor e relativizar a importância e a facilidade com que os candidatos angariam votos. “Meu voto não é assim não, tem que me convencer” (vizinha 2, família 29, Goiânia, 19 set. 2014). “Esse povo é assim, passa aqui na casa da gente uma vez e acha já tá pronto” (filha, família 29, Goiânia, 19 set. 2014). “A gente trabalha trinta dias para receber um salarinho suado e os homem vem aqui em meia hora é já quer sair eleito” (filho, família 29, Goiânia, 19 set. 2014).

Em outro caso, o volume elevado de conhecimento sobre os candidatos é colocado inclusive como fator de indecisão. Tal percepção está ligada à esperança pelo novo, que não tem força política ainda, como será visto em outro tópico adiante. “Esse ano é o ano mais difícil de todos de escolher. Quanto mais conheço os candidatos, mais medo vou tendo. Não tenho opção, e as que tenho são minorias. E se eu votar, não vai adiantar” (esposo, família 17, Jataí, 8 set. 2014).

Evidentemente, essa persistência da indecisão poderá culminar na decisão de véspera ou na abstenção, no voto branco ou nulo. A pesquisa, contudo, não acompanhou estas movimentações.

A falsa indecisão

Registramos esta modalidade por razões metodológicas. Em diferentes momentos da pesquisa, durante os procedimentos de recrutamento das famílias

a serem pesquisadas, os eleitores indecisos foram objeto de filtro dos perfis desejados, evidentemente por razões estratégicas da campanha à qual a pesquisa deveria servir.

Desde o princípio, os pesquisadores envolvidos foram surpreendidos com uma dificuldade inesperada, que, pela renitência com que ocorreu, terminou por se tornar previsível e inserida nas perspectivas esperadas do recrutamento: muitos eleitores e grupos familiares contatados, mesmo sem saber quais perfis eram buscados, declaravam-se indecisos e, no momento da pesquisa, revelavam-se tendentes ou mesmo decididos.

Configurou-se, ante a pesquisa, a noção de “falsa indecisão”, definida como aquele perfil de cidadão que, ou não tinha consciência de suas próprias preferências, ou preferia não assumir posicionamento eleitoral definido na abordagem inicial. Este último caso foi muito mais comum do que o primeiro.

A percepção deste tipo de eleitor somente foi possível em razão do método aplicado: o trabalho coletava não apenas as opiniões e relatos, mas também estabelecia dados pela observação não participante dos comportamentos familiares diante das temáticas e formatos dos programas eleitorais. Os casos de falsa indecisão, em geral, foram percebidos pragmaticamente.

Uma última anotação a respeito foi a convicção, adquirida pelo grupo ao longo da pesquisa, de que a falsa indecisão não era proveniente de uma rejeição à pesquisa – até porque os eleitores abordados participaram às vezes entusiasmaticamente das diferentes fases do processo de coleta – e sim de uma espécie de exercício de direito de não se definir ou não admitir publicamente, ou ante a pesquisa, suas definições específicas. Seria, talvez, um falso indeciso por opção. Um dos casos de falsa indecisão foi percebido no diálogo a seguir, quando a família, que, nas entrevistas iniciais, declarou-se completamente indecisa, revelou-se nos comentários posteriores a predileção antiga por um candidato. “Meu pai é tão apaixonado por ele [Iris] que até tirou foto com ele na formatura da minha filha” (mãe, família 7, Rio Verde, 3 set. 2014). “A família inteira é Iris, tudo por causa do meu avô” (filha1, família 7, Rio Verde, 3 set. 2014).

Do mesmo modo, com relação a outro candidato, a indecisão vai mudando de quadro pouco a pouco. No diálogo a seguir é possível perceber uma mescla entre a afirmação de indecisão e a intenção de voto. Este caso ocorre quando a afirmação da indecisão aparece atrelada à intenção de voto em um candidato específico. “Se eu tivesse que escolher, eu iria votar no Iris. Votei nele toda a vida. Ainda não sei, mas quem sabe” (pai, família 19, Jataí, 8 set. 2014).

Ao se declarar indeciso, um eleitor apresenta preferência a um candidato e interesse em se decidir para poder também influenciar outros eleitores com sua posição. “Se o Marconi tivesse feito um bom governo, ele nem precisaria de

pedir voto. Ainda não defini. Quando eu decidir eu vou ajudar as pessoas a se definirem" (marido, família 20, Águas Lindas de Goiás, 10 set. 2014).

Houve também o caso em que os membros de uma família se decidiram durante a pesquisa, após a visualização do programa eleitoral gratuito. Alguns em favor de Marconi, outro em favor de Iris, e outro em favor de Gomide. A falsa indecisão se registra porque as entrevistas afirmam que já pensavam em votar nele. Observe a sequência abaixo, num diálogo familiar registrado. "Agora acho que sou Marconi. Eu já estava pensando em votar mesmo nele. Os outros não fazem nem cócega no Marconi não, ele é o melhor dos que apareceu aí. As propostas dele aí que apareceram são melhores" (nora, família 22, Goiânia, 10 set. 2014). "Eu já tava decidindo no Marconi mesmo, agora que vi, não tem jeito, tem que ser ele mesmo" (neta, família 22, Goiânia, 10 set. 2014). "Até agora, é o Iris mesmo. Posso até mudar, mas por enquanto é ele. Sempre votei nele mesmo. Em Ceres, lá todo mundo só vota nele" (genro 2, família 22, Goiânia, 10 set. 2014). "Para mim, é o Gomide mesmo, pois ele é o único que tá trabalhando na área da saúde, e a gente precisa é disso" (genro 1, família 22, Goiânia, 10 set. 2014).

Um elogio vindo de um eleitor que não assumia de modo algum que estivesse decidido revelava também um processo de falsa indecisão. "Eu sou mais é do Marconi. Ele que vai ganhar e é mais esperto" (genro, família 30, Formosa, 19 set. 2014).

A indecisão por desconhecimento ou desinformação

Este é o caso típico trazido pela literatura. Neste trabalho, efetuamos uma distinção entre o eleitor indeciso desinformado e o despolitizado. Considerar a despolitização como desinformação é, primeiro, efetuar um juízo de valor da cultura na qual o eleitor vive, e, segundo, impedir a compreensão de outros níveis de informação, alguns dos quais fundamenta o próprio processo de indecisão eleitoral.

Assim, caracteriza-se aqui a indecisão por desinformação típica ou por desconhecimento específico, relacionado à conjuntura eleitoral ou política, e não pelo aparente grau de engajamento do eleitor. Até porque, para ser de fato indeciso, o eleitor deve quase necessariamente ser desengajado, exceto casos muito específicos de indecisão motivada pelo apreço a vários candidatos, já pontuada anteriormente.

De forma espontânea e em função da explicação dada pelo pesquisador em campo sobre como a pesquisa seria desenvolvida, o programa eleitoral foi avaliado como importante meio de se tomar conhecimento dos candidatos e de suas propostas. "Eu acho importante isso aí porque através disso aí você pode

tirar uma conclusão de qual é a melhor" (vizinha, família 12, Águas Lindas de Goiás, 5 set. 2014). "Ver qual é as propostas. Você tem que ouvir qual é a melhor proposta, qual o candidato que é bom pra nós e nossos filhos" (esposo, família 12, Águas Lindas de Goiás, 5 set. 2014).

Outros entrevistados afirmavam também desconhecer os candidatos e, novamente, ressaltavam o momento do programa eleitoral e da informação midiática para suprir tal desconhecimento, sugerindo-lhes uma didática informativa do histórico dos candidatos. "Acho que eles deveriam passar o histórico para a gente saber em quem a gente tá votando" (filho 1, família 23, Anápolis, 10 set. 2014).

Foi comum a indecisão por desconhecimento de candidatos e candidaturas, embora, esses casos estivessem relacionados apenas às candidaturas novas ou minoritárias, os chamados "nanicos".⁴ "Acho que eles deveriam passar o histórico para a gente saber em quem a gente tá votando" (filho 1, família 23, Anápolis, 10 set. 2014). "Realmente, tem um monte de desconhecido para votar" (neto 2, família 23, Anápolis, 10 set. 2014).

⁴ Os candidatos chamados "nanicos" são os que não demonstram, desde o início, nas pesquisas de intenção de voto, qualquer possibilidade eleitoral, gerando a aparência

de que se candidatam por outras razões, que não as de serem eleitos. Em geral, são desconhecidos de boa parte do eleitorado e assim

permanecem ao longo do pleito. Há casos, muito raros, de surpreendentes ascensões de tais candidaturas ao longo do período eleitoral, podendo, algumas vezes, resultar em eleição. Não tem sido raro, contudo, nas eleições locais, tais candidatos, descrentes de suas próprias chances, serem cooptados ou "comprados" por uma das candidaturas viáveis, a fim de fazer o "jogo sujo", isto é, criticar o adversário do "contratante".

Constatou-se por fim a indecisão desinformada por absoluto ou radical desinteresse pela política. Os sintomas mais presentes nesse tipo de eleitor foram a atenção dispersa ao programa eleitoral, a fala excessivamente concisa, a resposta monossilábica e assim por diante. "Não sei em quem votar ainda. Não gosto de política, então não sei" (sobrinha, família 28, Catalão, 17 set. 2014).

A descrença na política e o desconhecimento geral apresentam-se juntos nas falas registradas. "Não conheço os candidatos não. Político só fala" (amiga 2, família 35, Novo Gama, 26 set. 2014). "Não compensa votar. Meu voto é nulo até o momento. Para quê votar, eles não vai mudar nada mesmo. Votar para quê? Vai continuar a mesma bosta" (amigo 1, família 35, Novo Gama, 26 set. 2014).

Este tipo de eleitor, que demonstra desinteresse pela política, é bastante descrito pela literatura acadêmica (Forrest; Marks, 1999) e é o mais especificamente influenciável pelos programas e debates eleitorais (Lourenço, 2007). Na pesquisa em Goiás, foi sobretudo com esse tipo de eleitor que se percebeu a menor resistência à definição do voto ou da preferência, ao longo do próprio período da pesquisa. Informado, o eleitorado com esse perfil saía da indecisão e efetuava sua escolha.

Os veículos e as estratégias de informação e comunicação, ajuntando-se aí o programa eleitoral gratuito, conseguem figurar como um dos eixos centrais na passagem da indecisão para a decisão, em seus termos clássicos.

A indecisão por desconhecimento ou desinformação resolve-se, portanto, com ferramentas clássicas, não abarcando a complexidade de um processo que envolve os demais perfis, como o indeciso crítico e o indeciso persistente.

Estes dois tipos descritos, contudo, foram os que resultaram em menor intensidade na pesquisa feita. O eleitor indeciso mais comum e forte, para surpresa dos próprios pesquisadores, foi de um tipo bem informado e crítico, provavelmente resultante do quadro político de forte rejeição aos dois principais políticos ofertados pelo cardápio eleitoral de 2014 em Goiás, em vista sobretudo da persistência de ambos na luta pelo poder.⁵

O aspecto informado e crítico do indeciso em geral

A emergência forte do eleitor indeciso informado e crítico talvez tenha sido a principal surpresa dos resultados desta pesquisa, feita em condições de observação minuciosa e cuidadosa.

O trabalho de Lourenço (2007) já havia sinalizado em direção a esse tipo de perfil de eleitor. O autor, em sua tese doutoral, reconhece, em meio a uma copiosa exposição de dados quantitativos e qualitativos, por parte do eleitor, o reconhecimento de problemas de desinteresse e falta de participação, e o quadro de insatisfação, sobretudo em relação às questões éticas da política (urdidas, sobretudo, a partir de uma moralidade privada).

Contudo, mesmo este autor ainda revela um indeciso desinformado e influenciável, ou seja, alguém cuja situação de indecisão ainda se estabelece fortemente na carência de informações – razão principal para o adiamento da decisão de voto – e cujo processo decisório depende da interferência das mídias, em proporção que cresce à medida que a data da eleição se aproxima. A pesquisa feita em Goiás surpreendeu um tipo de indeciso um tanto mais complexo. Primeiro, por não ser rigorosamente desinformado. Famílias inteiras de indecisos debatiam detalhadamente a eficácia dos equipamentos públicos e efetuavam críticas às vezes extremas aos candidatos em disputa.

Em que constitui a indecisão nesses casos? Destacamos, na análise, diferentes modalidades do que denominaremos aqui “indecisão crítica”:

- a. Indecisão por rejeição mútua ou total à política e aos candidatos. Sobre esta, falamos no item anterior.

Ainda assim, é possível pontuar falas típicas, que apresentam o nível de criticidade do eleitor indeciso quando rejeita um candidato ou seus argumentos apresentados em programa eleitoral. É o caso de comentários como o seguinte, ocorrido após um programa de Iris Rezende: “O Iris só mostrou a família. Não quero saber se ele é bom pai, quero saber se é bom governador. Se as filhas dele vai ficar mais rica e eu mais pobre” (esposa, família 1, Goiânia, 22 ago. 2014).

⁵ Várias referências qualitativas não incluídas neste trabalho, que diziam respeito à luta simbólica da campanha em si, mostravam alto gradiente de rejeição das principais candidaturas. A de Iris Rezende, por sua idade avançada, que aparecia como obsolecência, e a de Marconi Perillo, pelo “cansaço de material”, resultante da longevidade de poder (o então governador disputava e ganharia, em 2014, o quarto mandato, de cinco períodos eleitorais consecutivos, num dos quais elegeu seu sucessor).

Os entrevistados afirmavam o modo como seria um político ideal, negando este adjetivo aos candidatos dentre os quais haveria de decidir na eleição. Não foi difícil encontrar nas falas o tom irônico a cerca dos candidatos. “Nessa época aparece tanta gente boa (risos)” (esposo, família 11, Luziânia, 03 set. 2014).

- b. Indecisão por descrédito no discurso político promovido pelos candidatos.

A ideia de que os políticos são loquazes, mas não cumprem o que prometem, redonda na insegurança do eleitor em relação às propostas exibidas nos programas eleitorais e fundamenta um modelo persistente de indecisão.

Enquanto o programa eleitoral apresentava a conclusão de obras na cidade de Aparecida de Goiânia, acentuava-se a crítica ao discurso eleitoreiro: “Agora que anda mesmo, está chegando a eleição” (prima, família 1, Goiânia, 22 ago. 2014).

Em determinada família, os indecisos geralmente duvidaram das propostas de Marconi. Um jovem aprovou as propostas de Marconi, mas argumentou que o candidato fala e não faz, e justificou-se reportando a seguidas eleições. “Vendo á agora as propostas do Marconi Perillo são boas; mas fala fala fala... se falar e agir é boa. Mas sempre entra eleição e sai eleição é a mesma coisa” (filho 1, família 5, Goiânia, 3 set. 2014)

Acusações diversas emergiram mantendo a ambigüidade de descrédito.

O povo já vive descrente né. Igual falou desse BRT interligando Brasília a Luziânia. Se fizesse isso aí, meu amigo, seria uma benção. Mas a gente já vive com pé atrás. Já diz na hora que não acredita que um dia vai acontecer isso aí. Promessa faz demais, mas na hora de cumprir, acaba a palavra dos caras. (esposo, família 22, Luziânia, 3 set. 2014)

O discurso dos candidatos é, portanto, amplamente desacreditado. No depoimento a seguir, mostra-se grande ceticismo em relação aos candidatos e nivelando-os no mesmo patamar (sem distinção entre eles): “Todo mundo só fala a mesma coisa. Nada que me beneficia nessas propostas aí deles. Nada que beneficia todo mundo aqui” (filho, família 22, Goiânia, 10 set. 2014).

A dúvida acerca da atuação e do discurso dos políticos aparece claramente. “Você coloca confiança num e se decepciona. A saúde mesmo tá um caos. Olha, eu quero votar nulo. Eu não posso falar que vou votar no Iris ou no Marconi, mas chegar na hora eu nem voto. Eu prefiro não dizer que eu participei de por

ninguém lá porque se der errado não fui eu que coloquei" (filha, família 24, Trindade, 12 set. 2014).

A indecisão, então, aparece vinculada à impossibilidade de acreditar nas propostas apresentadas e na inviabilidade de haver outros meios para tal finalidade.

c. Indecisão por abandono dos apoios anteriores.

A reação do eleitor diante das transformações de imagem dos candidatos nos quais confiou em pleitos anteriores culmina numa posição de indecisão, que ora se traduz por dúvida, ora por rejeição.

O abandono de apoios anteriores também é visto como motivo inicial para a indecisão eleitoral, como se observa no diálogo a seguir em que se começa a enumerar o motivo de ter votado em um candidato que não se apoia mais. "Da outra vez, eu votei no Marconi" (pai, família 16, Jataí, 8 set. 2014). "Eu não votei nele não" (mãe, família 16, Jataí, 8 set. 2014). "Minha cunhada vota nele toda vez só porque ele não atrasa o pagamento dos professores" (esposa, família 16, Jataí, 8 set. 2014).

d. Indecisão por apreço a vários candidatos.

Caso menos comum, mas suficientemente encontrável no contexto da pesquisa feita. O eleitor é indeciso por titubear entre vários candidatos que reconhece como bons e merecedores de seu voto. Houve casos, raros, em que, nas eleições goianas de 2014, tanto Marconi quanto Iris foram prestigiados pelo significado que os distingue como as maiores lideranças atuais em Goiás. Em plano mais restrito, as candidaturas de Gomide e Vanderlan, por terem sido, ambos, prefeitos bem-sucedidos de suas respectivas cidades (Anápolis e Senador Canedo), houve casos de indecisão por apreço sobretudo entre o ex-prefeito Gomide e o governador Marconi. "Pra gente o que fez mais foi o Marconi. O Gomide é bom, ele está capacitado. O Iris eu não tenho conhecimento, mas tem gente que fala que foi muito bom. Mas não tenho conhecimento" (amigo 3, família 15, Águas Lindas de Goiás, 08 set. 2014).

A polarização entre os candidatos Iris Rezende e Marconi Perillo se expressaram várias vezes na indecisão por aprovação de mais de um candidato possível para o voto. De todo modo, não é uma simples indecisão calcada na polarização dos partidos, mas sim uma indecisão de certo modo crítica à formação de "panelas", caso histórico conhecido nos pleitos goianos. "Eles que mandava aqui em Goiás, né? Quando nois mudou pra Goiás, era a turma do Iris. Depois que o Marconi chegou que tirou o veinho" (vizinho, família 25, Trindade, 12

set. 2014). “A primeira vez que o Marconi ganhou aqui foi criticando muito as panelas. Antes o Iris mandava no estado de Goiás. Marconi entraria pra desfazer isso, nem era conhecido. Agora é a mesma coisa. Marconi entrava descascando banana e falando que ia acabar com panela do Iris. Hoje ele tem a dele” (vizinho, família 25, Trindade, 12 set. 2014).

Ainda que com tendência de voto ao candidato Íris Rezende, o eleitor que tem a fala transcrita a seguir se apresenta indeciso por ser este o primeiro pleito eleitoral de que participa no estado. “Mas eu não sei em quem eu voto, se pra Iris, Marconi e Alexandre, mas acho que vai ser pro Iris. Primeira vez que vou votar por Goiás. Ele tem mais proposta bonita que os outros. Rapaz, sobre a educação e a saúde” (vizinho 2, família 34, Caldas Novas, 26 set. 2014).

- e. Indecisão por cansaço de material e falta de perspectiva de poder dos elementos novos.

Este foi o caso típico do sentimento de mudança que pautou as eleições goianas em 2014, mas que culminou numa reeleição relativamente folgada do governador candidato. Ao polarizar com um político mais antigo e idoso do que ele, Marconi terminou beneficiado por ter sido “rejuvenescido” por Iris e, ante a polarização, por fragilizar as possibilidades dos candidatos assinalados pela ideia do “novo” (no caso das eleições goianas de 2014, agregado tanto ao petista Antônio Gomide, quanto a Vanderlan Cardoso), que não demonstraram perspectiva de poder. Marconi se tornou o “novo possível ou viável”, diante de um velho Iris e de jovens que não demonstraram estatura eleitoral para vencer.

A expectativa por novidade na política goiana, então, é geral. Mas a falta de uma novidade viável era clara em todos os momentos. “Esses que estão eu já conheço e não espero muita coisa. Vamos ver esses outros que eu não conheço, mas que já tem gente falando deles” (pai, família 26, Morrinhos, 12 set. 2014).

Mesmo quando considerados bons, os candidatos já reconhecidos não representavam novidade, fator que imperava em alguns momentos de indecisão. “Quero coisa nova, Marconi tem muito tempo no poder, Iris é bom pode até empurrar com a idade dele, mas é coisa velha, precisamos de novo ideias novas” (esposo, família 31, Goiânia, 19 set. 2014).

Nenhuma dessas modalidades de indecisão apareceu num quadro de desentendimento ou desconhecimento das candidaturas ou das propostas e projetos eleitorais, ou, menos ainda, da ignorância quanto ao desempenho dos governos. A indecisão, não raro, surgiu à pesquisa como excesso de crítica, a

ponto de culminar em desconfiança, descrédito ou desesperança na política e nos políticos.

CONCLUSÃO

O quadro teórico resultante dessa pesquisa, e que centra a temática deste artigo, parece vigoroso no sentido de possibilitar o questionamento, ao menos parcial, da inserção de várias categorias da indecisão eleitoral dentro do quadro geral das teorias da decisão. Como observado no escorço teórico, os autores na área quase invariavelmente consideram o indeciso como um fenômeno de “incerteza” eleitoral, isto é, como alguém que ainda não se decidiu, diante das opções eleitoralmente oferecidas (Karp; Garland, 2007).

Os dados e as análises resultantes deixam claro que nem toda indecisão (nem a que resulte em voto branco ou nulo, nem a que determina a abstenção eleitoral) constitui processo de encaminhamento não concluído de voto. A indecisão não é também, ao menos não obrigatoriamente, consequência da falta de informação ou da indiferença política, nem mesmo da pouca instrução ou da percepção de um eleitor incapaz de decidir. Sob esse ponto de vista, Noble (2017) está correto: é preciso pensar o indeciso a partir de seus próprios termos, embora este artigo enfoque o assunto de forma diferente à deste autor, cuja preocupação é a relativização da importância dos votos válidos na determinação das regras democráticas das eleições.

O aspecto “negativo” do conceito de indecisão eleitoral está exposto de diferentes maneiras, na literatura disponível e, nesse caso, trata-se de transformar seus indicadores em perguntas ou, no mínimo, reduzi-las à condição de hipóteses não universalizáveis, relacionados à estruturação social, como em Branconnier e Dormagen (2007), ou à crença nos princípios ou na eficácia dos processos políticos (Ha et al., 2014; Kang, 2004), ou à cultura e à confiança no futuro (Li; Masuda; Jiang, 2016; Muxel, 2006), ou mesmo à descrença ou no questionamento à própria democracia (Pase; Silva; Santos, 2016). Mesmo dentro desse quadro, autores como Noble (2017) defendem que os abstencionistas e votantes brancos e nulos deveriam ter o condão de anular processos eleitorais, caso incidissem em número significativo, em relação aos votos válidos, numa visada positiva dessa posição, como expressão de insatisfação com as ofertas eleitorais propostas pelo sistema político.

A preocupação deste trabalho é, então, a da necessidade hipotética de uma “teoria da indecisão”, capaz de aprofundar o conhecimento de um tipo de eleitorado que conforma historicamente mais de um terço do eleitorado válido, e, assim, sair do reducionismo implícito no conceito do eleitor indeciso como

um “negativo” da democracia (Noble, 2017). Os resultados obtidos permitem afirmar que há indecisão nascida de uma percepção crítica aguçada, embora negativa, dos processos políticos e, sobretudo, de seus resultados, em termos de realização do Estado democrático diretamente no cotidiano dos cidadãos. Há que se compreender melhor esse fenômeno, a fim de alcançar um entendimento mais nítido e consistente do modo como se constrói a opinião e a ação política eleitoral nos dias de hoje. ■

REFERÊNCIAS

- ALLEN, M.; BROWN, S. D. Undecided life: standards, subjects, and sovereignty in compensating victims of the war on terror. *Theory & Psychology*, Thousand Oaks, v. 26, n. 2, p. 263-283, 2016.
- BACANLI, F. Personality characteristics as predictors of personal indecisiveness. *Journal of Career Development*, Thousand Oaks, v. 32, n. 4, p. 320-332, 2006.
- BRACONNIER, C.; DORMAGEN, J.-Y. *La démocratie de l'abstention: aux origines de la démotilisation électorale en milieux populaires*. Paris: Folio, 2007.
- CAJADO, A. F. R.; DORNELLES, T.; PEREIRA, A. C. *Eleições no Brasil: uma história de 500 anos*. Brasília, DF: Tribunal Superior Eleitoral, 2014.
- CASTRO, M. M. M. *Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política*. 1994. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.
- CAUTRÈS, B.; JADOT, A. L'(in)décision électorale et la temporalité du vote. *Revue française de science politique*, v. 57, n. 3, p. 293-314, 2007.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.
- FORREST, J.; MARKS, G. N. The mass media, election campaigning and voter response: the Australian experience. *Party politics*, Thousand Oaks, v. 5, n. 1, p. 99-114, 1999.
- FREITAS, L. A. S. Análise dos processos de formação da opinião política em face da mídia, nas eleições de 2008, em Catalão, Goiás. In: CORRÊA, E. S.; SOUSA, M. W. (Orgs.). *Mutações do espaço público contemporâneo*. São Paulo: Paulus, 2014. p. 107-136. v. 1.
- GALDI, S. et al. Selective exposure in decided and undecided individuals: differential relations to automatic associations and conscious beliefs. *Personality and Social Psychology Bulletin*, Thousand Oaks, v. 38, n. 5, p. 559-569, 2012.
- HA, L. S. et al. Political efficacy and the use of local and national news media among undecided voters in a swing state: a study of general population

- voters and first-time college student voters. *Electronic News*, Thousand Oaks, v. 7, n. 4, p. 204-222, 2014.
- KANG, W.-T. Protest voting and abstention under plurality rule elections: an alternative public choice approach. *Journal of Theoretical Politics*, Thousand Oaks, v. 16, n. 1, p. 79-102, 2004.
- KARP, J. A.; GARLAND, M. W. Ideological ambiguity and split ticket voting. *Political Research Quarterly*, Thousand Oaks, v. 60, n. 4, p. 722-732, 2007.
- LI, L. M. W.; MASUDA, T.; JIANG, F. Influence of cultural meaning system and socioeconomic change on indecisiveness in three cultures. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, Thousand Oaks, v. 47, n. 4, p. 508-524, 2016.
- LISI, M. O voto dos indecisos nas democracias recentes: um estudo comparado. *Análise Social*, Lisboa, v. XLV, n. 194, p. 29-61, 2010.
- LOPES, M. I. V.; BORELLI, S. H. S.; RESENDE, V. R. *Vivendo com a telenovela: mediações, recepção e teleficcionalidade*. São Paulo: Summus, 2002.
- LOURENÇO, L. C. *Abrindo a caixa-preta: da indecisão à escolha. A eleição presidencial de 2002-2007*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- MAAKAROUN, B. *A campanha presidencial de 2006 e as estratégias utilizadas por eleitores para o processamento das informações políticas*. Rio de Janeiro: Uerj, 2010.
- MUXEL, A. *Abstentionnistes, votants décidés ou encore indécis: les clés de la mobilisation électorale*. Paris: CEVIPOF, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/Cgbt7F>>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- NG, A. H.; HYNIE, M. Naïve dialecticism and indecisiveness: mediating mechanism and downstream consequences. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, Thousand Oaks, v. 47, n. 2, p. 263-276, 2015.
- NOBLE, V. M. Abstención y voto nulo en las elecciones federales en México, 1991-2015. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, Amsterdam, v. 62, n. 230, p. 75-116, 2017.
- PALMEIRA, M. Voto: racionalidade ou significado? *Revista Brasileira de Ciências sociais*, São Paulo, v. 7, n. 20, 1992.
- PASE, H. L.; SILVA, L. G. T.; SANTOS, E. R. Cultura política e abstenção eleitoral. *E-legis*, Brasília, DF, n. 21, p. 127-143, set.-dez. 2016.
- RADMANN, E. R. H. *O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- RODRIGUES, F. R. História política de Goiás: o governo de Pedro Ludovico Teixeira e a dominação tradicional. *Multi-Science Journal*, Urutaí, v. 1, n. 2, p. 3-12, 2015.

- SWAMI, V. et al. An exploration of the indecisiveness scale in multiethnic Malaysia. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, Thousand Oaks, v. 39, n. 3, p. 309-316, 2008.
- TSE. *Eleições no Brasil: uma história de 500 anos*. Distrito Federal: Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

Artigo recebido em 26 de abril de 2016 e aprovado em 25 de julho de 2017.